

A PRODUÇÃO DO DESEJO



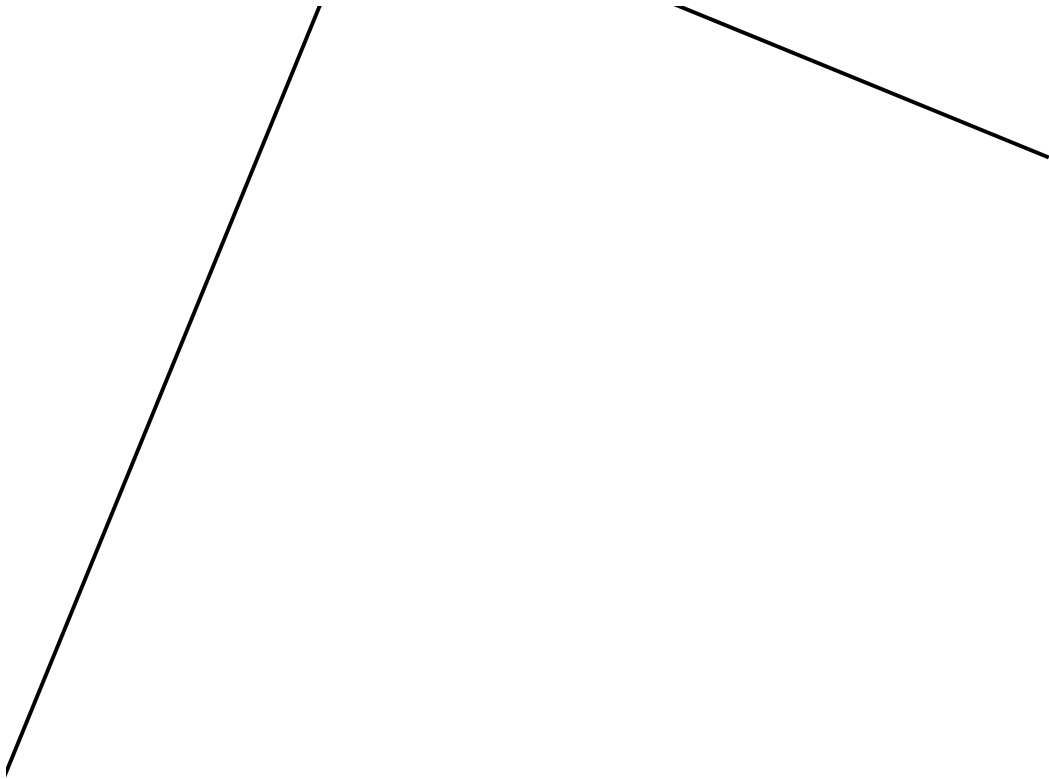
POSFÁCIO
MAURÍCIO ROCHA

A PRODUÇÃO DO DESEJO

TRADUÇÃO
MARIA CECILIA LESSA
DA ROCHA

GUILLAUME SIBERTIN-BLANC

**DELEUZE &
GUATTARI E
O ANTI-ÉDIPO**



POSFÁCIO

127 **FÉLIX E GILLES**, *por Maurício Rocha*

153 BIBLIOGRAFIA

157 ABREVIACÕES USADAS NESTA TRADUÇÃO

7 INTRODUÇÃO

16 **POR UM CAMPO
ANALÍTICO MATERIALISTA**

- 20 *o desejo como processo de produção*
29 *analítica das máquinas desejantes:
teoria da reprodução*
46 *o desejo como processo metafísico*
51 *capitalismo e esquizofrenia: teoria do limite
das estruturas sociais*

64 **CAPITALISMO E EDIPIANIZAÇÃO
DA SUBJETIVIDADE**

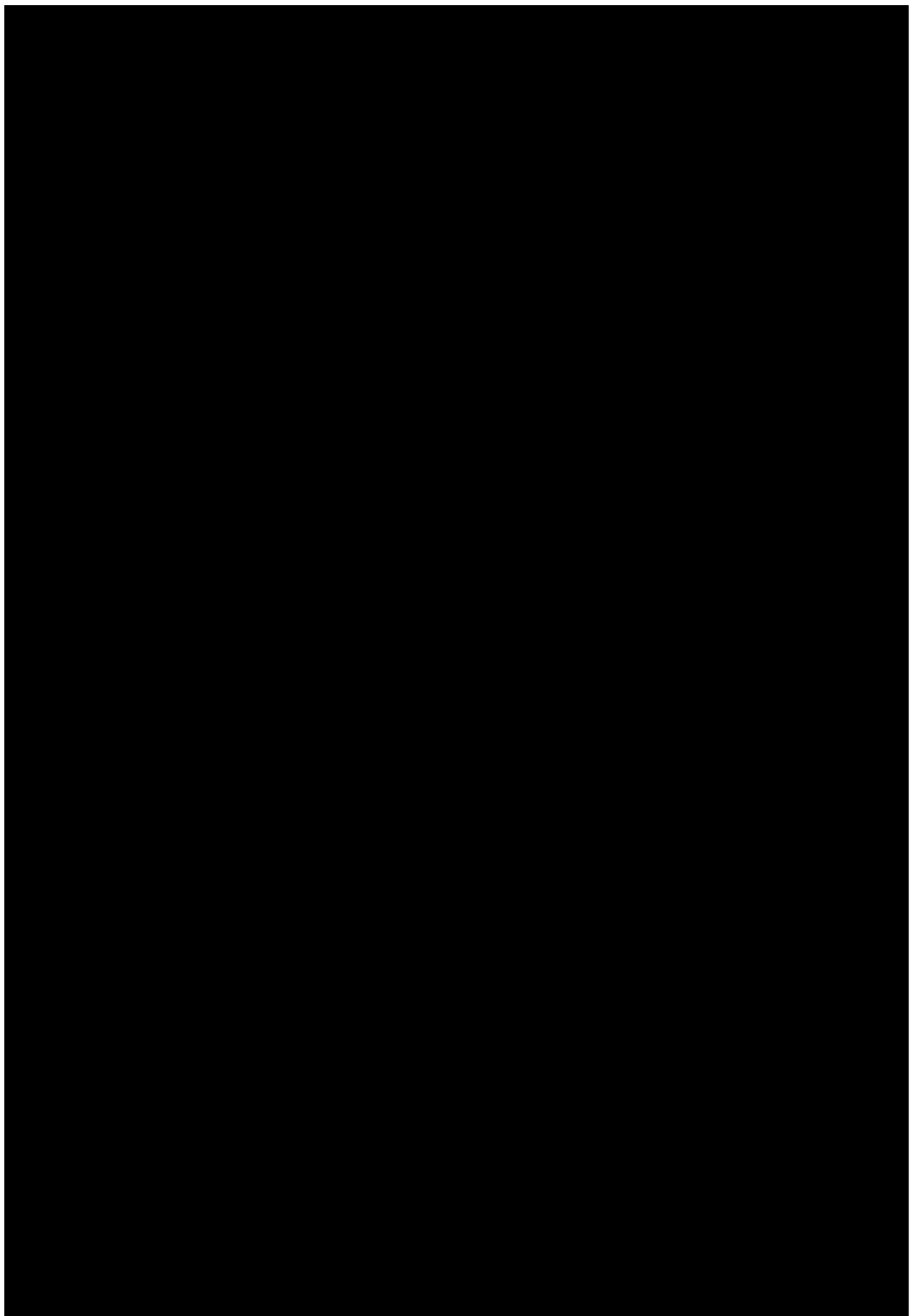
- 65 *genealogias da moral e do capitalismo*
75 *édipo na reprodução social: o agenciamento
de subjetivação familialista*

88 **ESTADO, MÁQUINA REVOLUCIONÁRIA
E ESQUIZOANÁLISE**

- 89 *a forma-estado: urstaat e significância*
102 *lutas de classes e conflitos inconscientes*

120 **CONCLUSÃO. EXCLUSÃO**





INTRODUÇÃO

Publicado em 1972, reeditado a partir do ano seguinte com o acréscimo de um apêndice, *O anti-Édipo* foi recebido com reações divergentes, não apenas pelos muitos psicanalistas que com razão poderiam se sentir os primeiros a serem atacados, mas também por etnólogos, sociólogos, filósofos e ensaístas militantes. Poucos anos se passaram, no entanto, antes que ele fosse deixado de lado, sendo rapidamente depositado na vitrine de curiosidades do 1968. A vivacidade das reações e o relativo “esquecimento” costumam marcar a inscrição indelével dessa obra em seu tempo, isto é, na conjuntura teórica, ideológica e política em que foi redigida e recebida, e na qual ambicionava produzir seus efeitos. Mas isso pouco ajuda a explicar sua singularidade, sobre a qual esta apresentação deseja lançar alguma luz e que não reside no lugar onde às vezes a obra foi colocada: romantismo do desejo puro, espontaneísmo anárquico e inconsequente, exaltação lírica e perigosa da esquizofrenia, estilo saboroso e irritantemente livre de normas acadêmicas de exposição teórica, quando não de toda regra elementar de argumentação racional. Tudo isso permanece hipotético demais e testemunha os efeitos de logro que essa obra incendiária contribuiu para alimentar, mas que são exibidos o suficiente (e por vezes abertamente recusados) em seu próprio texto, no qual a verve retórica não deve obliterar, de resto, a minuciosa arquitetura argumentativa para poder abrir mão dela. Hipótese por hipótese, propõe-se aqui o seguinte: a singularidade de *O anti-Édipo*, os problemas precisos que coloca e o esforço teórico para resolvê-los residem na tentativa de atar três linhas de questionamento muito

diferentes, até mesmo incompatíveis: uma crítica social de um código familialista de registro dos indivíduos e das condutas; uma crítica, ao mesmo tempo de fora e de dentro da psicanálise, da edipianização do inconsciente; uma crítica política das estruturas de exploração e de dominação da sociedade capitalista e dos modos de subjetivação arranjados na reprodução dessas estruturas.

O anti-Édipo inscreve-se, em primeiro lugar, numa linha de análise crítica do discurso médico, de seu funcionamento nas instituições de cuidado, mas também de sua circulação na rede das instituições sociais (familiar, pedagógica, judiciária), e, portanto, das suas complexas articulações com outros códigos sociais que supostamente regulam as práticas clínicas. Nas perspectivas abertas pela *História da loucura* de Michel Foucault, logo aprofundadas por suas pesquisas sobre a instituição psiquiátrica e por trabalhos de sociólogos como Robert Castel e Jacques Donzelot,¹ Deleuze e Guattari voltam a sua atenção para um dos principais operadores dessa circulação e dessa articulação: a codificação “familialista”. Esse termo designa o conjunto de procedimentos pelos quais se faz intervir um referente familiar – uma combinação histórica de papéis e de valores, de modelos de comportamento e de relações, de constelações mentais e afetivas supostamente típicas – no registro dos comportamentos individuais e coletivos, na maneira de categorizá-los, problematizá-los e explicá-los, e, assim, de inserir as singularidades existenciais nos agenciamentos práticos e intervir sobre elas. Os autores de *O anti-Édipo* concordam em ver nesse código familialista um fator determinante do desenvolvimento e da configuração dos saberes psicopatológicos a partir do início do século XIX, em particular porque faz a instituição

1 Robert Castel, *Le psychanalysme*; Jacques Donzelot, *La police des familles*; Gilles Deleuze, “L’ascension du social”. In: *DRF*, p. 104-11 [118-26].

psiquiátrica funcionar como um ponto de transação do saber e do poder entre a instituição familiar e as instituições judiciária e policial, que a promovem à categoria de instrumento privilegiado de controle social.² Além disso, eles mantêm a tese foucaultiana de que a novidade da psicanálise na história do pensamento médico e da prática terapêutica, longe de romper com esse dispositivo familiar-médico-judiciário, se insere nele parcialmente e interioriza seus pressupostos (AE, 58-9, 110-11, 323).^{NT} A descoberta do Complexo de Édipo e o lugar cada vez mais central concedido por Freud e por seus sucessores a esse complexo psíquico na compreensão da sexualidade infantil, da estruturação subjetiva e de seus conflitos inconscientes, da etiologia e do resultado das neuroses concentram, segundo os autores, os efeitos dessa interiorização da codificação familiarista na epistemologia e na prática psicanalíticas.

Muitos fatores, inclusive estreitamente ligados entre si, conferem uma urgência particular ao exame crítico do lugar do complexo edipiano na psicanálise e dos pressupostos que esse lugar revela nas teorias do inconsciente de Freud. O primeiro é a institucionalização crescente, ocorrida nos decênios do Pós-Guerra, de esquemas de inteligibilidade psicanalítica, cujas pretensões interpretativas se estendem não apenas a obras da cultura (ritos, mitos, religiões, textos literários), mas também a um campo sempre mais amplo de relações sociais, no interior

2 Michel Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*, pp. 509-11 e pp. 523-30 [484-85 e 496-503]. [N. T. Os números entre colchetes indicam a paginação da tradução brasileira, conforme a bibliografia ao final deste livro].

NT Mantivemos a paginação da edição original. A edição brasileira de *O anti-Édipo*, publicada pela Editora 34, traz entre colchetes no corpo do texto a paginação da obra original.

das quais, supostamente, os indivíduos podem ser inscritos de maneira “edipiana”.³ Enquanto a instituição familiar tende a se reduzir a uma projeção do complexo psíquico edipiano, a extensão da matriz interpretativa que este último fornece tende a fazer de toda situação social, institucional, seja econômica ou política, a projeção ou a transposição de uma situação familiar suposta. Em segundo lugar, tal generalização é ainda mais problemática na medida em que parece ser motivada em parte por duas preocupações que estão no coração de *O anti-Édipo*, mas que ela desvia, submetendo-as aos pressupostos familialistas da psicologia edipiana. Por um lado, a exigência de dar lugar a uma etiologia social das doenças mentais e, por outro, a de compreender de forma positiva a resistência dos psicóticos à psicanálise conduzem “psiquiatras e psicanalistas a reimplantar nas condições abertas a ordem de uma família extensa, sempre supostamente detentora do segredo da doença bem como da cura. Depois de se ter interiorizado a família em Édipo, exterioriza-se Édipo na ordem simbólica, na ordem institucional, na ordem comunitária, setorial etc.” (AE, 431). Essa aproximação, segundo Deleuze e Guattari, traz ambiguidades à sociopatologia das “famílias esquizofrênicas” inaugurada além-mar por Gregory Bateson e o grupo de Palo Alto. Ela compromete também as perspectivas críticas da antipsiquiatria anglo-saxã, que, à procura de uma articulação entre alienação mental e social, identifica sua causa comum em uma instituição familiar erigida mais uma vez dessa forma, com graus de explicitação diversos, em mediação universal entre os processos do inconsciente e o campo social (AE III-14, 100, 381-83, 430-32).

Um último fator determinante para a orientação argumentativa de *O anti-Édipo* é precisamente o percurso de Félix Guattari,

3 Sobre isso, ver a obra emblemática de Jacques Hochmann, *Pour une psychiatrie communautaire* (cit. em AE, p. 129).

psicanalista, discípulo heterodoxo de Jacques Lacan e clínico engajado no desenvolvimento da “psicoterapia institucional”, da qual ele é, ao lado de Jean Oury na clínica La Borde, um dos principais iniciadores. Acompanhando de maneira assídua os seminários de Lacan desde seu início nos anos 1950, contribui de imediato para difundir essas pesquisas no seio do movimento de renovação da clínica psiquiátrica, preocupado em questionar os efeitos das relações internas à instituição sobre os processos patológicos. Guattari resume assim sua maior preocupação: “não é possível conceber uma cura psicoterápica para doenças graves sem efetuar a análise da instituição”.⁴ Inaugura-se assim uma nova abordagem *in situ* do problema da instituição, das relações de poder que ela engendra, das dificuldades e dos impasses que ela suscita por sua estrutura e seu funcionamento, da porosidade dessa estrutura e desse funcionamento com as funções sociais que é exigido que preencha, das contradições que se instauram entre essas funções sociais e o cuidado terapêutico... Tantas tensões permanentes que levam a relacionar as práticas terapêuticas existentes a uma “terapia institucional” apta a considerar os efeitos das estruturas e dos acontecimentos da instituição sobre as formações sintomáticas. Que se intervenha sobre os regulamentos e a gestão do espaço e do tempo no ambiente clínico, sobre a organização das atividades de cuidado e “paramédicas”, sobre as relações intersubjetivas entre as diferentes categorias de enfermeiros e auxiliares, entre o corpo médico e os pacientes, entre as famílias e os agentes sociais: trata-se de conquistar uma relativa plasticidade do meio institucional, permitindo fazer desse meio um objeto e um operador de análise. Esse novo campo de experimentação compromete assim as coordenadas estruturais e imaginárias nas quais se articulam, no cruzamento dos fatores psicobiográficos individuais e dos fatores atuais da vida coletiva em uma instituição, as cadeias significantes

4 *PT*, p. 40 [60].

e as formações fantasmáticas dos sujeitos. As pesquisas de Lacan adquirem aí um alcance particularmente operatório e estimulante, sem que, no entanto, seja questionada em si mesma a persistência implícita da codificação familiarista.⁵ *O anti-Édipo* pretende oferecer precisamente o lugar desse questionamento. Guattari e Deleuze encontram em Lacan o esforço teórico mais potente para reconduzir o complexo de Édipo ao seu verdadeiro estatuto, o de um fantasma inconsciente que não tem nenhuma universalidade de direito, e que não pode ser percebido sem religar o plano das identificações “imaginárias”, nas quais se constitui o Eu, a uma ordem “simbólica” que comanda as diferenciações e as articulações.⁶ Contudo, esse esforço lhes parece marcado por uma ambiguidade legível nas apropriações feitas nas pesquisas psicanalíticas, alimentando uma extensão difusa do edipianismo e dos postulados ideológicos que ele veicula na prática e na teoria analíticas, estendendo-o à primeira infância, às psicoses, à psicoterapia institucional, à antropologia psicanalítica e à etnopsiquiatria.⁷ Esse leitmotiv perpassa todo o livro: “Até uma tentativa tão profunda como a de Lacan para sacudir o jugo de Édipo foi interpretada como um meio inesperado de fazê-lo pesar ainda mais, e de fechá-lo sobre o bebê e o esquizo” (AE, 206-7). Essa interpretação edipianizante do lacanismo não pode ser atribuída aos desvirtuamentos extrínsecos de uma doutrina mal-entendida. Ela deve, ao contrário, servir de fio condutor para instruir *nessa doutrina*

5 Sobre o percurso de Guattari como psicanalista, teórico e militante e sobre as condições de separação de Lacan em fins dos anos 1960, cf. François Dosse, *Gilles Deleuze, Félix Guattari: biographie croisée*, pp. 50 sq. e 90-2 [39 sq. e 78-80].

6 Cf. Jacques Lacan, “Le mythe individuel du névrosé” (1953), *Ornicar?*, n° 17-18, 1978, pp. 290-307.

7 AE, pp. 90, 107-8, 202, 319-20, 431, 435. Sobre o último domínio enumerado, é exemplar M. C. et E. Ortigues, *Œdipe Africain*.

as ambivalências e as hesitações subterrâneas pelas quais, de uma maneira ou de outra, deu lugar a determinada interpretação.

O conjunto desses fatores explica por que *O anti-Édipo* não pode se satisfazer nem com uma sociologia crítica da psicologia clínica, nem com uma denúncia de uma “psicanálise aplicada” epistemologicamente descontrolada. A obra se dedica a uma crítica *interna* à psicanálise, ou seja, uma crítica que se instala no interior de certo número de suas elaborações teóricas, a começar pelas de Freud, para questionar seus pressupostos e, rivalizando em seu terreno, propor uma nova teoria da causalidade do desejo correlativa ao remanejamento do conceito de inconsciente. O alcance crítico do livro se encontra aqui desdobrado e complexificado. Ele não visa apenas às formações do discurso e do saber, mas aos conjuntos práticos constitutivos de formas de subjetividade, conjuntos dos quais esses discursos seguramente fazem parte, mas, dessa vez, como determinados a produzir efeitos assinaláveis nos sistemas de causalidade complexa institucional e inconsciente, social e libidinal. Ele não se preocupa apenas com as representações teóricas do inconsciente, de suas estruturas, de sua dinâmica e de seus “complexos”. Ele visa às *práticas* do inconsciente – das quais a *edipianização* da atividade do desejo faz parte – e convoca a uma *transformação* dessas práticas.

O anti-Édipo encontra aí o problema fundador do freudo-marxismo: a integração entre as contradições do capitalismo e os antagonismos de classe nos complexos inconscientes da libido, e naquilo que Wilhelm Reich chamava de “a couraça emocional” das massas. Como veremos adiante, Deleuze e Guattari apresentam reservas vivas em relação à tentativa reichiana de renovação de uma psicologia das massas que repousa, aos seus olhos, sobre uma compreensão insuficiente da imanência do desejo inconsciente às estruturas socioeconômicas. Resta que o materialismo histórico forma o horizonte teórico no qual se instalam seus argumentos e no qual eles buscam redefinir a causalidade do desejo

inconsciente. As dificuldades suscitadas por tal empreitada têm duas vertentes. Do ponto de vista de um *diagnóstico crítico* das sociedades capitalistas, das relações de desigualdade e de dominação que elas estruturam, trata-se de compreender como as contradições desse modo de produção, interiorizadas pelas instituições sociais do capitalismo, agem na constituição dos sujeitos sociais. O problema é, então, analisar a maneira pela qual as formas de subjetividade incorporam os mecanismos conflituais da reprodução da força de trabalho e das relações de exploração. Mas do ponto de vista de uma *política crítica*, coloca-se correlativamente o problema dos efeitos dessa incorporação na construção política dos agentes coletivos da luta de classes. Dessa forma, a tarefa é tornar analisáveis as conflitualidades libidinais e inconscientes que atravessam de maneira inevitável os próprios movimentos revolucionários. Por isso, *O anti-Édipo* não é apenas um livro de filosofia política; é um livro de prática política, que se propõe, pela sua função militante, a atar as três linhas de intervenção mantidas separadas até então – o campo social, a atividade analítica e o desejo inconsciente –, a título de uma “efetiva politização da psiquiatria” ou “esquizoanálise” adequadas à produção real do desejo na ordem histórica e aos efeitos sociopolíticos de seu próprio processo. “A esquizoanálise, portanto, não esconde ser uma psicanálise política e social, uma análise militante [...]” (AE, 117). É por isso que *O anti-Édipo* devolve à psicanálise a questão de sua política e da maneira pela qual ela se insere, sob formas mais ou menos conflituais, nos mecanismos de reprodução social, em particular na função que ela preenche no agenciamento de subjetivação edipiana.

Tal perspectiva deve despertar uma vigilância quanto aos efeitos enganadores de simetria que a postura crítica de Deleuze e Guattari, diante daquilo a que se opõe, corre o risco de induzir. Em nome de uma “psiquiatria materialista”, eles se empenham em cartografar simultaneamente um novo campo problemático para

o pensamento do desejo e um novo campo analítico para os processos inconscientes do desejo. Nomeando de “esquizoanálise” a junção teórico-prática dessas duas ambições, consagrando todo o último capítulo ao repertório de “tarefas”, cujo conteúdo esboçam de forma programática, *O anti-Édipo* não convida apenas a uma reforma interna da psicanálise ou das escolas nas quais está institucionalizada a reprodução de seus saberes e de suas práticas, mas a uma mudança de terreno mais radical. O objetivo é operar uma transformação *na* psicanálise para criar novas conexões *fora* dela. Dito de outra maneira, trata-se de modificar o campo analítico dos processos inconscientes do desejo de modo a abri-lo e torná-lo conectável ao campo da história e das lutas sociais – não para dissolver o primeiro no segundo, mas, ao contrário, para redefinir aí sua singularidade e afrontar por eles próprios os problemas levantados para o suporte teórico-prático de tal conexão. É essa mudança de terreno que começaremos a explicitar, expondo os novos pressupostos sob os quais os operadores teóricos e os tipos de intervenções práticas supostamente tornam possível tal *campo analítico materialista*. Sobre essa base, poderemos retornar a problematização da psicologia edipiana e relacioná-la com a crítica que a fundamenta: a de um modo de subjetivação específico suscitado no interior dos mecanismos de reprodução da formação social do capitalismo. A terceira parte aprofundará esse diagnóstico crítico, esclarecendo o lugar que acaba de ocupar, segundo Deleuze e Guattari, o Estado, e medindo, no ponto de conexão problemática entre clínica e política, as consequências para as tarefas práticas de uma esquizoanálise no seio dos movimentos revolucionários e da luta de classes. Qual deve ser aí seu papel? Qual é o alcance preciso de suas tarefas? Qual é a modalidade prescritiva de seu programa e qual é exatamente seu destinatário extrateórico? Qual é, em suma, a relação entre *O anti-Édipo* e o campo histórico no qual ele ambiciona, em 1972, intervir e produzir seus efeitos?